



**SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS  
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

**Ata da Reunião Ordinária da CONATRAE**

**Data e Horário:** 28 de julho de 2016, de 09h às 17h.

**Local:** Secretaria de Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar – Brasília – Distrito Federal – 70308-200.

**Participantes:**

<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO</b>
Flávia Piovesan	Secretária Especial	SDH
Adilson Santana de Carvalho	Coordenador Substituto	CONATRAE/SDH
Andréia Figueira Minduca		CONATRAE/SDH
Larissa Nascente G. Leston	Especialista em Pol. Ind.	CNI
Francisco Alan Santos Lima	Coordenador de Campanha	CPT
Luciana Peres	Assessora Internacional	SDH
Rafael Garcia Rodrigues	Procurador	MPT
Ana Carolina A. A. Roman	Procuradora	MPF
Leonardo Sakamoto	Diretor	Repórter Brasil
Márcia Freitas	Coordenadora	SNPDCA
Antônio Carlos Mello Rosa	Oficial de Projeto	OIT
André Espósito Roston	Auditor Fiscal	DETRAE/SIT/MT
Carlos Eduardo Chaves Silva	Assessor	CONTAG
Vera Lúcia A. Jatobá	Diretora	SINAIT
Fabiana Galera Severo	Defensora Pública	DPU
Carlos Haddad	Juiz Federal	AJUFE
Luiz Machado	Coordenador de Projetos	OIT
Guilherme Audax Cezar Fortes	Secretário Executivo	COETRAE/MT
Ana Cláudia Bandeira Monteiro	Vice-Presidente	ANPT
Sônia de Menezes L. N. Machado	Assessora	IBAMA/Sede
Raquel Rodrigues Braga	Comissão de Direitos Humanos	AMB
Diana Calazans Mann	Delegada	PF
Gabriela Madrid Aquino	Delegada	PF
Ricardo Rezende Figueira	Professor/Coordenador	GPTEC/UFRJ
Gustavo Pacheco	Subchefe	DTS/MRE
Raphael Rocha Lafetá	Diretor	MRV
Ana Cláudia Faria Felix		CONTAG
Laíssa Pollyana do Carmo	Assessoria	CONTAG
Isaura Genoveva de Oliveira	Suplente	COETRAE/BA
Fernanda de Castro Carvalho	Oficial de Projeto	OIT
Patrícia Trindade M. Costa	Assessora	SINAIT
Gleidy Braga Ribeiro	Secretária / Presidente	Sec. Justiça e Cidadania/COETRAE-TO
Mônica S. Costa	Assessora	COETRAE/TO
Frederico Melo	Assessor	CNA

## 1) COORDENAÇÃO – CONATRAE

(9h20)

### a. Abertura

**Flávia Piovesan** - Dá as boas vindas e fala sobre a importância do enfrentamento ao trabalho escravo, sobre o avanço com a aprovação da PEC do trabalho escravo e sobre a preocupação com a possibilidade de retrocesso, tendo em vista a possibilidade de mudança no conceito.

Relata que tem trabalhado a temática, procurando ter um diálogo intenso, para combater com veemência o trabalho escravo. Tem manifestações públicas sobre o tema, tendo publicado inclusive um artigo no que se refere à lista suja do trabalho escravo, não considerando adequado ao estado manter relações com essas empresas que exploram o trabalho escravo. Expõe que a demanda é urgente na implementação de políticas públicas para combater o trabalho escravo. Não havendo como conciliar a prática impune da escravidão com o estado Democrático de Direito.

Ressalta que quer impulsionar a Agenda Direitos Humanos e Empresas, que acredita estar em consonância com o combate ao trabalho escravo. Expõe que o Brasil recebeu críticas públicas na ONU, por não ter um Plano Nacional Empresas e Direitos Humanos, tendo interesse em lançar esta pauta, informa ainda que gostaria muito de contar com a ajuda de todos para isso para lançar esta pauta.

Todos se apresentam.

(9h30)

### b. Aprovação da ata da reunião anterior

**Flávia Piovesan** – pergunta sobre a aprovação

**Leonardo Sakamoto** – Sugere que seja feita uma análise e ao final seja aprovada se não houver divergência.

**Flávia Piovesan** – Sugere seguir então.

## 2) CONTAG

(9h35)

- a. Impactos do Decreto/16 de 22 de junho de 2016
- b. Impactos da Portaria 611/2016, do Ministro a Justiça e Cidadania, que suspendeu por 90 dias as delegações de competência relativas a diversos atos de gestão por parte da SEDH
- c. Posicionamento do Governo Interino em relação à modificação do conceito de trabalho escravo em tramitação no Congresso Nacional.

**Carlos Eduardo Silva** – relata que foi feita a sugestão, visto que sempre questionou o volume de recursos destinados à SDH, então gostaria de saber quais são os impactos do Decreto nas atividades da SDH, fazendo o mesmo questionamento faz com relação à Portaria 611/2016.

Relata que a Portaria inviabilizou algumas questões importantes, fazendo com que a SDH deixasse de participar de algumas atividades importantes.

Fala sobre o PLS 432 que muda o conceito de trabalho escravo, relatando que esse ano esteve muito próximo de ser votado e graças a uma articulação muito forte dos atores sociais que compõem essa comissão, foi “freada” a votação.

Destaca que com essa Portaria a SDH ficou inviabilizada de participar de algumas audiências públicas que são de suma importância, que alguns membros falaram em nome da CONATRAE nas audiências, porém não tem o mesmo peso quando vai alguém da SDH.

Expõe preocupação com relação à continuidade de algumas atividades que a CONATRAE vinha realizando e que agora não mais, como o encontro das COETRAES. Expõe que esse espaço sempre foi um espaço de resistência e vê com muita preocupação tanto o Decreto quanto à Portaria.

Que saber quais os impactos e projeção futura, visto o governo interino já tem feito diversas modificações, quanto à CONATRAE e a SDH.

**André Roston** – pede para esclarecer acerca das competências da SDH, após essa reestruturação.

**Carlos Eduardo Silva** – cita que com relação ao último ponto tem clareza que pelo perfil do governo há uma obscuridade quanto à conceituação do trabalho escravo. Fala da preocupação em razão da necessidade de saber qual o posicionamento. Expõe que houve outras preocupações também com relação ao governo anterior. Fala da dificuldade de trabalhar nesse cenário que temos, imagine se o governo não estiver junto. Precisa saber com quem está trabalhando e o que irá enfrentar.

**Ricardo Rezende** – Fala sobre o conceito, sobre a preocupação, visto que há algumas posições de restringir o trabalho escravo à privação de liberdade, não se tratando disso e sim tratar a pessoa como coisa, a coisificação. Tentar reduzir a escravidão à privação de liberdade é um grande retrocesso.

**Mércia Silva**– expõe sobre o momento de turbulência, que havia começado a falar sobre a composição reorganização da CONATRAE, para que possa trazer atores importantes que não estão na CONATRAE, visto que estes que não estão aqui, acabam por se organizar em outros setores. Fala sobre a necessidade de reorganização da Comissão. Sendo necessário pensar a estratégia para isso, sugerindo aumentar as reuniões para melhorar o contato.

**Luís Machado** – relata que a OIT tem projetos de cooperação técnica, onde a própria OIT aprovou a criação dessa comissão, gostaria de somar mais atores, prezando pelo espaço de diálogo. Foi conseguido ainda criar mais 14 COETRAES, vindo prestando esse apoio. Criou um sistema de monitoramento de Plano Nacional, seria interessante criar outro Plano Nacional, visto que o que está vigente é o de 2008.

Cita que para OIT e para os parceiros internacionais o Brasil é uma referência no âmbito internacional, recentemente a ONU emitiu uma nota técnica, mostrando preocupação quanto a possibilidade de retrocesso, falando do enfraquecimento da fiscalização, defasagem dos auditores, visto que esse é o ponto de partida para fazer as políticas de reinserção e de prevenção e com a fiscalização enfraquecida não conseguiremos levar estes dois eixos.

**Maria Teresa Jensen** – fala sobre o histórico das fiscalizações, e que através de uma portaria houve a possibilidade dos fiscais se deslocarem para resgate desses trabalhadores. Fala sobre a satisfação da continuidade desse serviço no passado e fala sobre a necessidade de ter mais condições para continuidade desse trabalho. Sobre a defasagem de auditores informa que o último pedido foi de mais de 1.000 auditores, mas provavelmente vão conseguir no máximo 100, falando sobre a dificuldade do Ministério do Trabalho também. Fala sobre o conceito em que se consegue um avanço e utilizam outra forma de que

as coisas sejam “embarreiradas”, solicita ajuda para evitar esse retrocesso. Coloca a força de trabalho e disposição para estar junto nessas discussões.

**Raquel Braga** – Solicita que se resgate a carta da CONATRAE que resgatava toda a definição do conceito de trabalho escravo e passar a todos, imprimir a todos os presentes e fazer uma divulgação incessante. Faz um apelo falando que não há discussão para flexibilização deste conceito, a fim de impedir qualquer tipo de retrocesso.

(10h)

**André Roston** – aproveitando que a Secretária trouxe o tema de Empresas e Direitos Humanos, registra que recebeu uma delegação da ONU, para fazer um diagnóstico do que estava acontecendo no Brasil, informando que não foi tão bom, pois tem muitos déficits e não temos sequer um programa. Porém uma boa notícia é que o grande pilar, que era grande referência, era o programa de erradicação do trabalho escravo, que mostra a responsabilidade das empresas e o papel do estado para prevenção, correção e reparação do dano, ficando claro que o Brasil é referência. Relata que eles questionaram sobre o conceito e sobre o cadastro de empregadores, visto que são dois grandes paradigmas que não pode sofrer retrocesso. Tendo a ONU já se posicionado com relação ao conceito e sobre o cadastro.

Tem iniciativa com a auditoria fiscal já dialogando com a FGV, para fazer uma discussão, ressaltando que o Programa de Combate de Trabalho Escravo faz a discussão de responsabilização de cadeia produtiva e direitos humanos, como nenhum outro faz, tendo paradigma para compartilhar com outros países, visto não está restrito somente a trabalho escravo, mas entrando na pauta Empresas e Direitos Humanos. Tendo sido discussão da OIT na última convenção esse ano, tendo reflexo desta discussão em outros países, França, Portugal.

Registrando que já há uma iniciativa, com a auditoria fiscal de fazer estudos acadêmicos sobre responsabilidade de cadeia, se colocando a disposição pra criação desse plano.

**Leonardo Sakamoto** – com relação ao papel do estado neste momento, traz alguns pontos.

Fala sobre o avanço da lista suja, quando da publicação da Portaria aceita pela Ministra Carmen Lúcia, que atendia as demandas propostas na Ação Direta de Inconstitucionalidade, desde então o Ministério do Trabalho vem estudando para verificar como se coloca em prática a nova lista, considerando os novos parâmetros, enquanto isso a Repórter Brasil e Inpacto, via Lei Acesso a Informação, vem solicitando algo semelhante a lista e está divulgando no site como elemento de transparência, porém isso vem causando transtornos em virtude do número de processos judiciais, relata que isso tem que ficar a cargo do Estado e não da sociedade civil, assim aguarda pela publicação da nova lista.

Expõe preocupação com os projetos da Terceirização e Negociado sobre o Legislativo, sobretudo o projeto de Terceirização que torna possível a terceirização de todas as empresas inclusive para atividades fim.

Relata que a ampliação da terceirização legal está na ordem do dia, visto que irá dificultar o combate ao trabalho escravo.

Propõe uma tentativa de diálogo da SDH e CONATRAE junto aos congressistas, afim de tentar garantir que esse processo seja o menos danoso possível.

Entra na questão da manutenção do Conceito, que é uma baliza para o trabalho de combate ao trabalho escravo, registrando que tem muitas frentes querendo rever o conceito, tanto via PLS, quanto via projeto que reforma o Código Penal, que modifica o art. 149, outro PL que retira a jornada exaustiva e condições degradantes, mostrando preocupação, informando que provavelmente não se antecipem à Terceirização, mas virá logo depois.

Sugere:

- 1) Ratificação do Protocolo Adicional à Convenção nº 29 da OIT – O Brasil não ratificou o protocolo até o momento, do ponto de vista governamental seria uma ótima vitrine internacional o Brasil estar ratificando. Seria ótimo que o governo levasse isso para o congresso.

- 2) Há uma discussão em Genebra, da necessidade de se implantar princípios vinculantes, que obriguem empresas a obedecer a determinadas Guide Lines de direitos humanos. Seria relevante se o Brasil retomasse essa discussão, apoiando e não se abstendo, a fim de gerar isonomia comercial.

Fala sobre a Campanha Somos Livres, que está sendo retomada para retomar o conceito de trabalho escravo.

**Rafael Rodrigues** – fala sobre a preocupação com o cenário atual, tendo em vista o desmonte, sendo necessária a preocupação com o redesenho, visto ser o principal espaço para essa discussão de enfrentamento deste retrocesso.

Relata sobre a preocupação do Ministério Público com a Portaria 611/2016, visto a possibilidade de prejudicar os compromissos.

Fala sobre a lista suja que deixou de ser apresentada como principal na última reunião da OIT, provavelmente fruto desse momento, em que temos uma portaria que estabelece parâmetros para publicação da lista, esta que provocou a perda do objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade. E que a demora na publicação desta portaria, já caracteriza a mora do governo brasileiro.

Não considera que há razão para a demora da publicação da Portaria, visto que os elementos para sua publicação já estão ali garantidos. Ressalta a relevância do papel da SDH nesse processo, visto que se trata de uma Portaria Interministerial.

Alusão ao conceito, visto que é uma vitória, mas que atualmente é preocupante visto que vai contra a política de direitos humanos, principalmente tratando-se desse momento.

Registra que a SDH deve ampliar esse trabalho aos outros setores, dando voz àqueles que historicamente são calados, sem possibilidade de manifestação.

**Fabiana Severo** – faz considerações quanto à atuação da Defensoria Pública, que presta assistência a vítimas nas esferas cíveis e criminais.

Relata que mesmo com o conceito atual, ainda assim, há muita dificuldade de efetivação dos direitos humanos, no sentido de reparação às vítimas, visto que as dúvidas quanto ao conceito refletem-se no processo, no caso concreto e ainda assim, mesmo nos casos mais exitosos, foi difícil garantir a reparação destas pessoas. Apresenta dois casos reais em que demonstra essa dificuldade.

Relata que com a mudança do conceito fica praticamente impossível fazer essa defesa. Não colocando a repressão e a responsabilização como principal fator para o enfrentamento da utilização da mão de obra escrava, mas sem isso fica totalmente prejudicado.

**Larissa Leston** – fala sobre o papel da CNI que visa a harmonização da lei.

Relata que não defende o mal empregador, devendo ser penalizado, vindo a representar o bom empregador.

Diz sobre a possibilidade de continuar o combate, mesmo com a redefinição do art. 149. Defende que o 432 está harmonizado inclusive com as definições internacionais, visto que os termos condições degradantes e jornada exaustiva são subjetivos, citando relatórios da ONU e OIT que defendem isso.

Com relação à lista suja expõe que no seu entendimento o Ministério do Trabalho não tem competência para impor a lista, propondo a criação de uma lei, alegando não ser observado o devido processo legal.

Solicita informação de discordância da Carta Aberta no corpo da carta.

**Carlos Eduardo Silva** – pede para CNI e CNA trazer todos os pontos para a próxima reunião para debate e discussão.

**Larissa Leston** – informa que vai trazer para inclusão na próxima pauta.

**Vera Jatobá** – demonstra preocupação com os direitos que estão sob ameaça, tendo que se lembrar que não só trabalho escravo, mas outros direitos estão sob ameaça e pode se concretizar. Cita a NR12, norma regulamentadora que disciplina as máquinas e equipamentos, falando que risco no trabalho é evitável; negociado sobre o legislado; mudança do conceito de trabalho escravo. Relata que o SINAIT vem trabalhando com afinco e o MT tem dificuldade para trabalhar com todo empenho que merece. Passa um comunicado que o SINAIT já passou à CONATRAE que estão há 1 ano em negociação, trabalhando com uma pauta não remuneratória maior do que a remuneratória. Fala sobre a iminência de greve no dia 02/08, estando assegurado, porém, 30%, todavia se já é difícil com esse quantitativo ficará muito mais difícil. Reitera a sua disposição em continuar fortalecendo esse grupo. Elogia a atuação da Secretária.

**André Roston** – fala que quanto a posição da CNI e da CNA estão abertos para discussão, sem necessidade de enfrentamento, podendo obter muito diálogo para outros eixos, admitindo as divergências. Tendo o setor patronal muito a contribuir.

Relata que com relação ao Protocolo da Convenção 29 este estava bem próximo de ser enviado, porém com a mudança de gestão, retornou ao Ministério de Trabalho, todavia pede para continuar o diálogo com o MT para tocar pra frente.

Reforma trabalhista e terceirização – convida a Secretária para participar .

Portaria 4/2016 - após a portaria foi possível garantir a ampla defesa e contraditório, todavia pede mais transparência, seria interessante que a SDH entrasse nessa discussão, acompanhando.

**Raquel Braga** - Questão de ordem - Diz que a AMB não está na carta, informa que no item 5 alínea b está a definição. Solicita que seja retificada com a inserção da AMB.

**Frederico Melo** – que na Carta a CNA seja retificada com a inclusão das considerações desta, dizendo que a não houve ratificação da carta pela CNA.

**Carlos Eduardo Silva** (intervenção) – diz que já foi aprovada e publicada.

**Raquel Braga**– sugere que a CNI defina o que objetivamente não quer que entre no conceito, qual é a oposição da CNI, a fim de avançar a discussão jurídica.

**Mércia Silva**– sugere deixar para uma outra discussão essa questão.

**Adilson Santana**– sugere colocar como ponto de pauta para outra reunião, para que não nos estendamos.

**(11h14)**

**Mércia Silva** – expõe que a Constituição Federal é propositiva, tendo esse suporte legal. Ao olhar a CONATRAE no começo, o foco era muito o trabalho escravo no campo, porém hoje temos um cenário mais extenso, tendo indústrias de ponta contaminada com trabalho escravo.

Considera que seria muito importante, embora tenhamos a CNA e CNI, trazer essas empresas e associações, que inclusive apoiam esse conceito para atuar, participar.

Fala que a lista é essencial, para verificar quem está no PACTO, sendo um fator positivo.

Quanto ao Instituto Ethos (que sempre trabalhou diretamente com as empresas), acha importante trazer para o diálogo. Considerando um bom momento trazer esses atores.

**Luiz Machado** - contrapõe as colocações da Larissa (CNI), dizendo que a OIT não fala que tem que reduzir o conceito, explicando o relatório. Relata não haver por parte da OIT e da ONU a busca de revisão do conceito.

Expõe que o Comitê diz que a lista suja tem que ser feito por lei, porém a intenção é reforçar essa importância da lista, trazendo mais segurança e ainda que o Comitê de peritos diz ainda que não se deve explorar a vulnerabilidade do trabalhador, não cabendo a leitura da voluntariedade.

**Flávia Piovesan** – relata que como alguém que está na causa de direitos humanos, está aqui por acreditar que é necessária sua contribuição, que é o que leva o desafio de estar aqui, afirma não haver lutas sem tensões e que são discussões, para o crescimento. Relata que o momento é sem dúvida de turbulência e preocupação, endossando o que disseram, porém crê que a causa a chama.

Faz um histórico da Secretaria e fala sobre o redesenho.

Relata que a institucionalidade teve mudanças, como a criação da SEPPIR e SPM, fala sobre a criação da Secretaria Especial dos Direitos da Criança, que será destacado, mas sendo ótimo, um avanço.

Diz que houve um cuidado em saber o papel de cada secretaria, conselho etc.

Acha interessante trazer a pauta a questão do regimento da CONATRAE, buscando uma institucionalidade mais forte.

Assume perante os demais órgãos colegiados em conter a continuidade das sessões, com o pedido essencial de apresentação do planejamento de forma prévia, para que haja um melhor ajuste de agenda, visando ainda economia ao erário.

Qual é o redesenho – havia três braços, promoção e defesa aos direitos humanos, gestão e secretaria da criança e adolescente e outros grupos temáticos (tortura, trabalho escravo etc)

Foi observado que a Criança e Adolescente já tinha organicidade própria, tendo sido feito o pleito e assim será criada esta outra pauta.

Achou importante ter a Proteção e Defesa e Promoção e a de Educação dos Direitos Humanos, achou importante que se tenha esses dois braços e está trabalhando nisso.

Quanto à Portaria dos 90 dias – relata que o trabalho não parou, apenas se tornou um pouco mais lento, visto que o Ministro não delega, e então isso requer um exercício adicional para realização de despacho, promovendo também um acompanhamento e conhecimento de todo o trabalho (convênios, contratos, viagens etc), considerando muito pedagógico.

Quanto ao alcance conceitual do trabalho escravo – já existe esse conceito desde 1940, no CP, havendo elementos que na visão contemporânea jurídica, temos que somar ao CP, CF e os *standers* protetivos mínimos. Ao que lhe parece a SDH se somaria a esta Carta.

Fala sobre a Campanha Somos Livres, além da campanha lança a ideia de imaginar os atores importantes para o relançamento desta, que possa contemplar uma voz de apoio quanto a necessidade de combate ao trabalho escravo, fazendo possivelmente pacto interinstitucional que envolvam vários atores.

Sugestão de pauta para tarde ou para próxima – retomada da campanha, com atores principais, inserindo CNJ, STF, TST.

Endossa a preocupação com o Cadastro Lista Suja, aceitando estar acompanhando, estar juntos, bem como terceirização.

Plano Educação e Empresas – essa pauta está cada vez mais no âmbito internacional, mostrando a necessidade de incluir todos nesse processo. Deixa em aberto para quem quiser participar.

Reformas trabalhistas, negociados sobre o legislativo - tem que ser uma pauta continua de acompanhamento.

Ratificação do Protocolo da OIT nº 29 – avaliar o que está pendente, para quitarmos tudo isso. Se comprometendo a adicionar a importância e agilizar esta ratificação.

Nas audiências públicas a SDH estará representada.

Retoma quanto à aprovação da ata da reunião passada. Aprovada sem ressalvas.

### 3. COETRAE-MT

(12h)

a) Concurso Público para Auditores Fiscais do Trabalho

**Guilherme Audax** – fala sobre o déficit, aposentados, informando que nessa LDO não tem previsão de concurso e mostra preocupação com relação à continuidade do trabalho. Busca sensibilização do MPOG quanto à necessidade desse concurso.

**Flávia Piovesan** – sugere um documento por parte desta comissão, tendo a sinalização dos organismos internacionais como a OIT quanto ao problema, buscar uma audiência no MPOG, com uma representação boa.

**Guilherme Audax** – fala que somente quer saber como é isso no âmbito do executivo federal, elencando que os números de resgates irão diminuir com a diminuição dos auditores.

**Adilson Santana** – sugere que o SINAIT, Detrae se juntem para a realização do documento e trazer na próxima reunião para discutirmos.

**Vera Jatobá** – acrescenta acerca da necessidade e informa sobre os encaminhamentos, visando equipar a inspeção do trabalho, se colocando a disposição da COETRAE.

**André Roston** – relata que quadro está com 40%, fala que a diminuição da quantidade de resgates pode estar relacionada à diminuição dos auditores, considerando outros fatores, porém certamente esse déficit compromete o trabalho. Mostrando a gravidade da situação.

**Carlos Eduardo Silva** – expõe sobre o não atendimento das denúncias, visto que não estamos conseguindo avançar no tratamento destas denúncias, demonstrando que essa deficiência em muito está dificultando este processo, trazendo grande prejuízo ao trabalho.

**Frederico Neto** – expõe sobre uma reportagem do dia anterior sobre jornada exaustiva, relatando que não viu em nenhum momento menção acerca do trabalho escravo.

**Rafael Rodrigues** – Esclarece que a reportagem era com relação à falta de registro e jornada extensiva, não havendo relação com o trabalho escravo.

**Raquel Braga** – pede ajuda informando que a AMB já entrou contato com o Conselho Nacional de Educação, para que a disciplina de Direitos Humanos seja inserida no currículo, diz que a maior demanda na justiça do trabalho é o pagamento das horas extraordinárias, que já se tornou habitual, quando se fizer essa discussão quanto a questão empresarial é necessário inserir estas estatísticas.

**Flávia Piovesan** – pede que a AMB entregue um documento elencando essas informações e preocupação, para que possa levar isso a outras discussões, informa que serão realizadas reuniões com os secretários de estado da educação, sendo muito agregador a ideia da AMB.

**Adilson Santana** - quanto a aproximação interinstitucional informa que foram feitas algumas parcerias para oficinas de sensibilização de operadores de direito, por parte da CONATRAE. Buscando a sensibilização dos órgãos de justiça para parcerias no sentido de montarmos um plano para esse processo de formação tanto inicial quanto de atualização dos magistrados no que se refere ao trabalho escravo, iniciamos ainda conversa com o CNJ ajudou a lançar o Fórum.

**Flávia Piovesan** – ratifica a importância deste processo, demonstrando que muito pode ser agregado.



**Adilson Santana** – sugere aproximar essa discussão com o CNMP ainda.

**Carlos Eduardo Silva** – fala sobre carta elaborada pela DPU, PRF, AMATRA, MPT, CONTAG, CUT, CPT, a qual ele lê a todos, sobre a erradicação do trabalho escravo, a qual sinaliza a necessidade de participação das ações em parceria, sobre a mudança da coordenação da COETRAE/BA que segue-se para uma centralização, o que dificulta a continuidade do trabalho e desarticulação da COETRAE/BA, não conseguindo ainda uma pauta com o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, assim fala sobre a consequente criação de um grupo GAET (Grupo de Articulação para Combate ao Trabalho Escravo).

**Isaura Oliveira** - fala que não há resistência por parte do Secretário de Justiça, tendo sido um trabalho tão bem desenvolvido que o Admar foi promovido à assessor. Indicando que não há represália nem ao servidor tão pouco às ações da COETRAE. Sendo de total interesse da Secretaria da Justiça a continuidade dos trabalhos da COETRAE.

**Carlos Eduardo Silva** – propõe que se marque uma agenda com o Secretário.

**Flávia Piovesan**– fecha o primeiro momento agradecendo a todos.

**Mércia Silva** – propõe que seja colocada uma data para aproxima reunião, tendo em vista a dificuldade de locomoção das pessoas.

**Adilson Santana** - discussão sobre a o calendário

#### 4. COETRAE/SP

(14h20)

a. Audiências Públicas que Tratam do PLS 432/2013

**Adilson Santana** – Fala sobre o histórico acerca das tratativas para a realização das audiências para discussão do PLS 432.

**Andréia Minduca** – fala sobre a agenda das audiências e sugestões sobre formatação da audiência e solicitando auxílio de todos nesse processo.

**Adilson Santana** – fala sobre a legitimidade, protagonismo da CONATRAE nesse processo e importância disso.

**Carlos Eduardo Silva** – Faz sugestões quanto à formação das mesas, definição de tempo e se colocando à disposição para organização das audiências. Informa que acompanhou as audiências de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, informando que foi difícil a participação nestas.

**Ana Carolina Roman** – Sugere fazer um registro das reuniões.

**Carlos Eduardo Silva** – relata que a audiência do Rio Grande do Sul foi mais parecida com um ato político, diferentemente da audiência de Santa Catarina que foi mais próxima de uma audiência pública.

**Mércia Silva** – sugere colocar vídeos nas audiências, no momento em que as pessoas ficam esperando.

**Adilson Santana** – informa que a conversa com o gabinete do Senador já está bem alinhavado, podendo pegar todas as sugestões (carta, vídeo, campanha).

**Rafael Rodrigues** – diz que a procuradoria está acompanhando todas e a PGT está conseguindo acompanhar.

**Adilson Santana** – temos que tentar compor um espaço de organização em que contemple todo mundo.

**Mércia Silva** – fala da necessidade de documentar, legitimar a audiência para essa causa.

**Carlos Eduardo Silva** – não é possível desconsiderar o momento, fala que quem tem registrado é o SINAIT, então montar um documento para mobilizar uma carta, por exemplo, seria interessante. Fala da necessidade de se articular com relação as falas das pessoas que estão lá.

**Adilson Santana** – considera e se conforma com o caráter eminentemente político, porém considera que é uma grande oportunidade de levar a discussão do trabalho escravo para cada um dos locais e dependendo da capacidade até a imprensa local.

**Ana Carolina Roman** – se conseguir mandar alguma coisa para eles do MPF eles conseguem fazer alguma coisa que alcança muita gente

**Gleidy Ribeiro** – Coordenadora da Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo de Palmas/TO se apresenta.

**Rafael Rodrigues** – pode pensar que pode estar contribuindo com relação à divulgação etc.

**Mércia Silva** – sugere convidar setores empresariais, tem uma arte dos 10 anos de Trabalho Escravo, imprimir e colocar esses materiais, importante valorizar os espaços. Informou que faz um boletim para encaminhar para todas as empresas com os informes.

**Guilherme Audax** – estão fazendo um vídeo voltado à temática do trabalho escravo, pode disponibilizar um curta, que seria interessante colocar nas audiências públicas. Sugestão de ter alguma coisa palpável, como um abaixo assinado.

**Adilson Santana** – informa que sobre os materiais, estes são muito bem vindos, mas tem outros materiais que dentro de cada uma dessas experiências verifique o que utiliza em cada caso. Com relação aos materiais sugeriria que fosse utilizada a própria carta aberta.

**Mércia Silva** – propõe que seja feita a carta, mas também uma moção, para que se tenha um resultado.

**Fabiana Severo** – a lógica dessas audiências públicas é ver as peculiaridades locais, sugere ter um texto curto e fazer um abaixo assinado.

**Ana Carolina Roman** – se compromete a levar para levar para a 2ª câmara, como o MPF tem assessoria de imprensa, a sugestão de o órgão fazer esses registros.

**Francisco Alan** – pergunta como será essa construção das audiências.

**Adilson Santana** – informa não ter um formato específico e que iremos construir juntos.

**Carlos Eduardo Silva** – sugere que delimite uma data já com essas informações, para ver quem se compromete a isso, sugere que seja feita uma reunião para fechar os detalhes.

## **5. INFORMES**

**(15h 23m)**

**Francisco Alan** - Fala sobre a RAES (Rede de ação Integrada de Combate à Escravidão), foi feita um diagnóstico em 4 estados do Brasil, fala que provavelmente no final do ano teríamos ter a publicação.

**Larissa Leston** – ressalta que como a Carta será utilizada, só para reforçar a necessidade de constar o dissenso da CNA e do CNI. O outro ponto questiona a respeito das 23h qual a diferença da jornada exaustiva para a jornada excessiva.

**Carlos Eduardo Silva** – em novembro, ainda sem data definida, vai ser feito um seminário sobre o assalariamento rural e combate ao trabalho escravo.

**Adilson Santana** – expõe sobre a fala da Secretária, no sentido de retomada de algumas pautas já colocadas em outras reuniões, entendendo muito válidas, fala sobre a preocupação dela com relação a atualização normativa da CONATRAE, ressaltando que durante todo esse tempo houve muitas mudanças com relação ao governo e sociedade, entendendo talvez haver necessidade de uma reformulação, devendo isso ser discutido em algum momento. Fala sobre o trabalho exaustivo, citando por exemplo o cortador de cana que morre por exaustão, ainda que não trabalhe por tanto tempo.

**Raquel Braga** – fala sobre o trabalho exaustivo, expondo que deve se verificar caso a caso, como por exemplo, no caso de um motorista, que tem um horário regulamentar para trabalho, tendo que trabalhar por um período, haver um descanso necessariamente para que continue, expõe que no caso da construção civil, há necessidade de capacidade física.

A lei já estabeleceu o que é uma jornada, entende que a partir da 2ª hora extra (que já é excepcionada) já se torna exaustiva, visto que já prejudica a saúde do trabalhador.

**Adilson Santana** – Fala sobre a recomendação do MPF em Rondônia sobre a lista suja.

### ✓ **SUGESTÕES E ENCAMINHAMENTOS FUTUROS**

- Luis Machado diz que seria interessante criar outro Plano Nacional, visto que o que está vigente é o de 2008.
- Flávia Piovesan fala sobre a Campanha Somos Livres e sugere como pauta para próxima reunião a retomada da campanha, com atores principais, inserindo CNJ, STF, TST.
- Flávia Piovesan sugere que seja elaborado um documento por parte da Comissão, com a sinalização dos organismos internacionais quanto ao problema da defasagem de Auditores Fiscais e necessidade de concurso público para que assim possa se buscar uma audiência com o MPOG. Adilson sugere que o SINAIT e COETRAE/MT se juntem para elaboração deste documento e tragam na próxima reunião para discussão.
- Leonardo Sakamoto sugere:

- ✓ Ratificação do Protocolo Adicional à Convenção nº 29 da OIT – O Brasil não ratificou o protocolo até o momento, do ponto de vista governamental seria uma ótima vitrine internacional o Brasil estar ratificando. Seria ótimo que o governo levasse isso para o congresso.
- ✓ Há uma discussão em Genebra, da necessidade de se implantar princípios vinculantes, que obriguem empresas a obedecer a determinadas Guide Lines de direitos humanos. Seria relevante se o Brasil retomasse essa discussão, apoiando e não se abstendo, a fim de gerar isonomia comercial.
- Raquel Braga informa que já entrou contato com o Conselho Nacional de Educação, para que a disciplina de Direitos Humanos seja inserida no currículo e pede ajuda para a efetivação disso, assim **Flávia Piovesan** pede que a AMB entregue um documento elencando essas informações e preocupação, para que possa levar isso a outras discussões, informa que serão realizadas reuniões com os secretários de estado da educação, sendo muito agregadora a ideia da AMB.
- Raquel Braga informa que a AMB não está na carta e solicita que seja retificada com a inserção desta na Carta Aberta à Sociedade Civil da CONATRAE.

#### ✓ **DELIBERAÇÕES**

- Próximas reuniões da CONATRAE: 15 de setembro (Brasília) / 16 a 18 de novembro (Belém/PA) (a definir o dia) // 13 de dezembro (Brasília)
- Retomada da Campanha Somos Livres, incluindo atores principais como CNJ, STF, TST. Inserção desta pauta na próxima reunião.
- SINAIT e DETRAE ficaram de elaborar um documento com relação à defasagem de auditores, demonstrando as dificuldades e necessidade de realização de concurso público, e assim trazê-lo para discussão na próxima reunião.
- Ana Carolina do MPF se compromete a verificar junto ao seu órgão a possibilidade de dar apoio quanto à divulgação e registros das audiências públicas.
- CNI ficou de levantar e trazer todos os pontos de divergência da Carta Aberta para a próxima reunião para discussão.